

Ano XX nº 5255 – 01 fevereiro de 2016

Itaú se nega antecipar pagamento da PLR

O Banco Itaú Unibanco negou a solicitação do movimento sindical, enviada na quinta-feira 28/01, de antecipar o pagamento da 2ª parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente ao exercício de 2015.

O pedido foi feito à todos os bancos devido a alta concentração de despesas (tributos e gastos familiares) assumidas pelos trabalhadores dos bancos entre os meses de janeiro e fevereiro. Outros bancos já deram um sinal positivo, antecipando este benefício que é fruto do suor dos bancários e das bancárias. Já o Itaú Unibanco negou e nem explicou o porquê. O movimento sindical espera que a direção do banco reconsidere essa posição.

O Itaú-Unibanco S.A. divulgará os resultados relativos ao 4º trimestre de 2015 no dia 2 de fevereiro de 2016.



CAIXA desrespeita reivindicações dos trabalhadores em mesa de negociação

A primeira reunião da mesa permanente de negociações com a CAIXA em 2016, realizada na quinta-feira, 28/01, foi marcada pelo desrespeito do banco para com empregadas e empregados. Mesmo após a Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), ter protestado contra a postura intransigente nas últimas negociações, o banco manteve a mesma posição em relação à maioria dos temas.

Os representantes da CAIXA insistem em respostas evasivas e em manter o descumprimento de cláusulas acordadas nas duas últimas campanhas nacionais da categoria. Sobre contratação, o posicionamento do banco foi ainda pior. Além de não ter previsão de convocar novos concursados, os interlocutores da direção anunciaram a abertura de um novo Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA) que acontecerá hoje, 1º de fevereiro. Com isso, o banco espera o desligamento de aproximadamente 1.500 empregados.

A CEE/Caixa enfatizou que as medidas da atual gestão são contrárias à importância do banco para o país. Para os representantes dos empregados, é preciso fortalecer a CAIXA e assegurar melhorias nas condições de trabalho.

Estatuto da Família na agenda do retrocesso do Congresso

Na lista da agenda conservadora do Congresso em 2016, o Estatuto da Família voltará a ser discutido na Câmara Federal logo após o recesso parlamentar. O projeto foi aprovado em outubro do ano passado por uma comissão especial composta por fundamentalistas religiosos, em articulação com o presidente da casa, Eduardo Cunha.

De autoria do deputado Anderson Ferreira, o texto principal define como família a união entre homem e mulher e exclui a união homoafetiva de direitos já conquistados como herança, guarda dos filhos e inclusão do(a) parceiro(a) em planos de saúde, dentre outros.

Como o projeto tramita em caráter conclusivo, poderia ir direto para apreciação no Senado, entretanto, a deputada Érika Kokay e o deputado Jean Wyllys, contrários ao projeto, entraram com recurso para que o texto seja apreciado e barrado na Câmara. Para isso, precisa do apoio de 10% dos deputados.

Se aprovado, o Estatuto irá retirar direitos de outras pessoas cuja composição familiar não é a de união entre homem e mulher, como homens e mulheres sem cônjuge e exclui diversos arranjos familiares, não apenas a família homoafetiva.

Taxas de juros nos bancos nas alturas

Em dezembro de 2015, a taxa de juros do rotativo do cartão de crédito atingiu novo recorde e bateu os 431,4% ao ano, a maior desde março de 2011. A alta foi de 16,1 pontos percentuais em relação a novembro e 99,8 pontos percentuais se comparado ao mesmo período de 2014.

No cheque especial, o cenário também foi de elevação e chegou a 287% ao ano, em dezembro. Esse foi o maior nível desde abril de 1995. Comparado a dezembro de 2014, o aumento foi de 86 pontos percentuais. As altas também aconteceram nos juros do consignado. A taxa ficou em 28,8% em 2015, em um nível menor de 2,9 pontos percentuais. Já no crédito pessoal, o índice foi de 117,6%.